



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 81.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1982

(SEGUNDA-FEIRA)

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Introdúz alterações na Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

Art. 1.º — São alterados e acrescentados à Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980, os seguintes dispositivos:

"Art. 10 — Vagando a Presidência, a Vice-Presidência ou a Corregedoria, proceder-se-á a eleição para o período restante, conforme o disposto nos parágrafos do artigo anterior."

"LIVRO II

TÍTULO VII

"Da Remoção dos Juizes de Direito e Juizes Substitutos, da Permuta e Promoção dos Juizes de Direito."

"Art. 67 —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º —

§ 4.º — A remoção de um para outra Seção Judiciária, far-se-á no exclusivo interesse da Justiça, dentre os Juizes Substitutos, aplicando-se, no que couber, o contido nas normas deste Capítulo."

"Art. 143 —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — Havendo interesse da Justiça, o preenchimento de cargo declarado vago poderá ser feito através de remoção, observadas as normas contidas no Capítulo I, do Título III, do Livro III."

"Art. 159 — A remoção dos titulares de Offícios, para cargos idênticos ou não, far-se-á mediante indicação em lista triplíce, quando praticável, organizada pelo órgão Especial, por ato do Governador do Estado e somente no interesse da Justiça."

"Art. 160 — Verificado o interesse da Justiça no preenchimento de cargo de titular de Offício através de remoção, o Presidente do Tribunal de Justiça determinará a expedição de edital de chamamento de interessados, pelo prazo de vinte (20) dias.

§ 1.º —

§ 2.º —

"Art. 162 — Não havendo interessados à remoção, abrir-se-á concurso."

"Art. 228 —

Parágrafo único — A administração auxiliar da Vara das Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios ficará a cargo de uma Secretaria, a ser estruturada através de Decreto Judiciário, que colocará à disposição daquele Juízo, os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, necessários ao seu funcionamento."

"Art. 283 — Os cargos de Secretário do Tribunal de Justiça e Secretário do Tribunal de Alçada, serão exercidos, em comissão, por bacharel em Direito, de livre escolha dos respectivos Presidentes."

"Art. 288 —

Parágrafo único — Cada Desembargador, excluídos os da cúpula diretiva, terá, para atendimento de seus serviços, um gabinete composto dos seguintes funcionários, lotados por ato do Presidente, mediante proposta do respectivo Desembargador:

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 114/82

Curitiba, 30 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações à Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado).

A proposição ora submetida a essa augusta Casa de Leis é feita em atenção à solicitação formulada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício n.º 589/82, que me foi encaminhado em 16 do corrente mês e cuja cópia autêntica, para mais detalhados esclarecimentos, segue em anexo.

Outrossim, conforme consta do supracitado Ofício da Presidência daquela Corte de Justiça, solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada, por essa augusta Assembléia Legislativa, na forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

- I. um (01) Secretário, em comissão;
- II. um (01) Assessor Jurídico;
- III. um (01) Auxiliar Judiciário;
- IV. um (01) Datilógrafo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

N.º 589/82 — G.P.

Curitiba, 16 de agosto de 1982.

Sr. Governador.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, com respaldo nos artigos 144, parágrafo 5.º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 91 da Carta Magna Estadual, o anexo anteprojeto de lei aprovado em sessão plenária deste Tribunal, após parecer favorável da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias.

A exposição de motivos, que também a este acompanha, bem diz da importância e necessidade de alteração e acréscimo em dispositivos do aludido Diploma Legal. Assim, na hipótese da proposição merecer o seu beneplácito, rogo seja a mensagem encaminhada à augusta Assembléia Legislativa do Estado, com uso da prerrogativa estabelecida no § 3.º, do artigo 25 da Constituição Estadual, diante da premência de tempo.

Solicitando de Vossa Excelência, dessarte, a costumeira atenção, aproveito para reiterar os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) HELIANTHO G. CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça.

JUSTIFICATIVA:

A presente minuta de anteprojeto de lei, visa corrigir distorções existentes na Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias), bem como dar poderes ao Tribunal para, no interesse da Justiça, dinamizar o preenchimento de Ofícios, regularizando situações de há muito pendentes de solução, mormente em face de dispositivo constitucional que veda as nomeações para as serventias não remuneradas pelos cofres públicos, atualmente vagas.

De outro lado, outorga poderes à Presidência do Tribunal de Justiça para estruturar a Secretaria da Vara das Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, com incumbência auxiliar daquele Juízo, que se ressentia desse apoio, diante de sua competência abrangendo todo o território do Estado, cujas atribuições administrativas ultrapassam as reservadas aos seus dois Ofícios, máxime quando hoje se implanta em seus serviços, o sistema de processamento de dados.

Disciplina também o anteprojeto, a remoção de Juízes Substitutos de uma para outra Seção Judiciária.

Finalmente, estabelece a existência de um Gabinete para cada Desembargador, composto de servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica.

São estas as considerações e justificativas que incumbiam à Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça ao encaminhar o incluso anteprojeto.

Curitiba, 30 de junho de 1982.

(a) HELIANTHO G. CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de louvor ao Cabo Clóvis Newton de Melo Ribeiro, e ao Soldado Mário Rodrigues, do 2.º Pelotão da Polícia Rodoviária (BPRU) de Araçatuba, Estado de São

Paulo, bem como aos policiais que fizeram o levantamento do local e condução do inquérito ao Município de Brauna.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

No dia 27 de maio de 1982, por volta das 10:50 horas, na SP-425 — Rodovia Assis Chateaubriand — imediações do Município de Brauna, ocorreu um infausto acidente de veículo, tendo falecido no ato uma senhora residente em Adamantina, ferindo gravemente uma menina e o motorista de um Voyage, além do falecimento do Dr. Mauro Tolentino e ainda, do Sr. Anselmo Duarte Bueno que dirigia um automóvel Passat.

A ação imediata, humana e escoreita com que esses patrulheiros conduziram-se no acidente, resguardando com grande respeito a pessoa dos mortos e feridos, move-nos a propor esta medida de reconhecimento do elevado gesto.

Ademais, temos visto em notícias pela imprensa, que freqüentemente desaparecem objetos de valores estimáveis e até quantias em dinheiro nesses acidentes de veículos. E no caso em referência, todos os bens, valores e pertences foram resgatados, não havendo esse tipo de prejuízo.

É imperioso citar e aqui louvar igualmente o mesmo gesto do escrivão criminal e do Sr. Delegado de Brauna, cujas atitudes causaram a mais respeitável impressão de dignidade na exação dos respectivos serviços.

Tais atitudes engrandecem o caráter desses homens e dignificam a corporação e a instituição a que servem, pois, cientes e ciosos dos seus misteres, recusaram, inclusive, a manifestação de gesto de agradecimento, e em momento algum se viu má vontade ou lentidão no exercício das funções.

Nós do Paraná, através deste Poder, temos, por amor à justiça, o dever de formalizar esse manifesto, para que sirva de exemplo a quantos dele necessitam.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada a data de 26 de outubro do corrente ano, para a entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado HERMES FARIAS DE MACEDO.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 114/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Bolsa de Negócios do Paraná, BN/PR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

A Bolsa de Negócios do Paraná — BN/PR, constitui sociedade civil, sem fins lucrativos, composta e congregando em seu quadro social empresas interessadas no fomento e agilização de negócios de preferência no setor industrial.

Agindo de forma diversificada, presta inúmeros e relevantes trabalhos no campo em questão, informando sobre oportunidades de sub-contratação industrial, bem como sobre oportunidades de compra, venda e aluguel de máquinas e equipamentos, prestando enfim, uma extensa gama de serviços pertinentes à indústria em Geral.

Considerando a importância de tal entidade, que face à extensa forma de prestação de serviços contribui também para o desenvolvimento do Estado, houvermos por bem apresentar o presente plano de lei que, esperamos, conte com o devido apoio de nossos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado inscrito, Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a campanha eleitoral de 1978 uma pomposa promessa do ex-Governador Ney Braga, fazia com que se desviassem uma série de votos de povoados de Marechal Cândido Rondon, sobre a promessa de que se construiria o asfalto Rondon-Guaíra.

Em 79, um requerimento nosso, pedindo informações sobre o andamento do projeto do asfalto, foi rejeitado pela Bancada da então ARENA. A afirmação sobre a alegação do Deputado representante do Governo de Marechal Cândido Rondon, dizendo que seria construído, reiterando, portanto, a promessa que seria um asfalto de 1.^a qualidade.

De 81 a 82, no Orçamento do Governo do Estado do Paraná, uma polêmica gerou-se aqui, nesta Casa, porque esse asfalto que antes estava previsto em orçamento, fora retirado do Orçamento Oficial do Governo do Estado. No entanto, apesar da polêmica do 1.^o semestre de 82, fora prometido, mais uma vez, o asfalto que ligava Marechal Cândido Rondon a Guaíra. E ainda, neste semestre, iniciou-se a instalação de parques de máquina das empreiteiras, iniciou-se a obra com pompas de inauguração, com presenças demagógicas, tendo inclusive o Deputado da Situação, em cima de máquinas, de tratores, numa grande festa. Inicia-se a tão esperada obra da construção do asfalto de Marechal Cândido Rondon a Guaíra.

Em 82, ainda no 1.^o semestre, reclamávamos da redução deste asfalto de 1.^a qualidade, a redução em sua pista de largura, sem acostamento, a redução de 14 centímetros para sete centímetros de asfalto, ou seja, apenas uma casca de ovo. E quando assim reclamávamos desta tribuna, recebíamos, como resposta, o convite verbal, pelo menos, do Deputado da Situação de Marechal Cândido Rondon, convidando-nos para a inauguração do asfalto que estaria pronto dia 25 de julho. Passou-se dia 25 de julho, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje o que dizer a este povo. O que esperar. Passou-se dia 25 de julho, e apenas um pequeno trecho está pronto. E os demais estão a esperar, sei lá o que. Esperar mais uma época de eleição para reincidirem-se as promessas demagógicas. E o pior de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem prometeu já se despediu do Palácio Iguaçu. Hoje, é outro o Governador, mas a obra continua parada.

78 a 82 - uma promessa eleitoreira de 78 torna-se, mais uma vez, uma promessa eleitoreira para 82. Incrível. Depois somos nós os Deputados da Oposição, tachados de pessimistas. Ou somos nós tachados de demagógicos.

Será que farão mais uma vez uma campanha política enganando, ludibriando o povo de Mercedes, de Porto Mendes, de Novo Horizonte, de Marechal Cândido Rondon, de Guaíra, sobre a mesma promessa de 78? Ou será que podemos esperar que até 15 de novembro as obras estejam concluídas.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que de fato venham a cumprir aquilo que prometeram já em 1978, para que não fique tão desmoralizada a campanha política do PDS

de Marechal Cândido Rondon.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto percorria algumas cidades do interior do nosso Estado juntamente com o Deputado Federal Igo Losso, tomei conhecimento de apresentação, por parte do programa de Flávio Cavalcanti, de violenta crítica às igrejas pentecostais e particularmente ao missionário Manoel de Mello.

Muitos que assistiram a uma cena montada por artistas, ficaram realmente revoltados diante do fato de ter sido o nome de Deus "invocado em vão". Mesmo aqueles que não são relacionados com o movimento pentecostal sentiram-se feridos em seus brios forjados pelos princípios cristãos.

Por isso, muitas igrejas evangélicas tomaram posição, repudiando a maneira sensacionalista da reportagem. Não foram poucos os que lembraram que o mesmo apresentador de televisão, há alguns anos, levou perante as câmaras uma mulher travestida no curandeiro "Sete da Lira", para estrelar um deploável espetáculo com a utilização de cachaça a granel, invocação de personagens e benzeduras, no transe a ela solicitado. Recordaram que, na oportunidade, o referido apresentador nenhuma crítica fez aos discutíveis métodos; ao contrário, enalteceu-os.

Inegavelmente, se condenável é a presença de "Sete da Lira" no meio social, também o é de pessoas enganadoras que atuam em outras áreas religiosas.

A Bíblia Sagrada, porém nos tras uma sábia regra para orientação frente aos que "agem em nome do Senhor". Em S. Mateus 8:16, lemos "Por seus frutos os conhecereis".

É possível que o Sr. Flávio Cavalcanti tenha razão em acusar alguns pretensos "missionários". Cabe, entretanto, observar que foi injusto em relação ao missionário Manoel de Mello, pregador internacional do evangelho a dezenas de anos, fundador e líder espiritual da Igreja Evangélica Pentecostal do Brasil para Cristo - integrada por centenas de pastores e obreiros - construtor e pastor titular do maior templo evangélico do mundo, orientador de obras educacionais e assistenciais em praticamente toda a nossa Pátria, e de movimento de surgimento moral do povo brasileiro, pelo abandono de todos os desgraçantes vícios. Atualmente, são milhares das famílias que vivem felizes graças a ação pastoral do missionário Manoel de Mello.

Assim, por amar a obra evangélica a qual sou ligado desde o meu nascimento, não poderia silenciar diante do lamentável fato para protestando desta tribuna, manifestar a minha solidariedade aos companheiros de fé, na compreensível e natural indignação.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz hoje à tribuna é simplesmente para argumentar tristes cenas que acontecem diariamente no Município de Terra Rocha.

Sabemos que este município é um dos grandes municípios do Paraná, principalmente do Oeste do Estado. E lá hoje a intranquilidade vive, principalmente no seio da classe de

professores do município. Sabemos que, durante aproximadamente 7 meses, os funcionários públicos do Município de Terra Roxa não recebem seus vencimentos; funcionário da Câmara, tempo igual.

E, enquanto isso, vemos, naquele município, o Prefeito comandar a campanha do Partido do PDS em prol de seus candidatos, utilizando o dinheiro público, inclusive viaturas do município, ônibus destinados a servir à educação do município, estão sendo utilizados para transportar eleitores de comício para comício do PDS.

Realmente, isto é de suma gravidade.

Vemos pacatos funcionários municipais já sendo chamados e tidos naquele município como maus pagadores, por não terem condições de saldar seus débitos com farmácia, supermercados e armazéns. Muitos já perderam seus créditos, muitos são chamados de caloteiros.

Mas, nós poderíamos aqui dizer que caloteiro, que mau pagador é o Prefeito daquela cidade que não cumpre com a sua obrigação de levar tranquilidade entre os funcionários públicos de Terra Roxa.

A Prefeitura se preocupa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em contratar pintores, utilizando o erário público, para pintar as árvores do município e, em seguida, escrever os nomes dos candidatos do Partido oficial, numa afronta realmente à população laboriosa de Terra Roxa.

E a nossa presença, desta tribuna, é simplesmente, para pedir que o Governo do Estado do Paraná socorra aquele município que está indo à falência, tendo em vista o desgoverno lá implantado por aquele Prefeito incompetente e desumano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta seria a nossa denúncia, a nossa acusação, que esperamos o Governo dê ouvido a ela, e, prontamente, restabeleça a tranquilidade no Município de Terra Roxa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Falará o Deputado Renato Bernardi, no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As grandes reivindicações sociais que a sociedade civil reaprendeu a fazer, e que estavam num prolongado recesso, em função, principalmente, Srs. Deputados, dos atos arbitrários e discricionários, a partir de 68, têm trazido um desassossego, mas, exatamente, em função da rotineira condição do autoritarismo vigente, em pressionar e, em pressionando, tirar todas as condições essenciais para que os diversos segmentos sociais da sociedade civil possam fazer as suas reivindicações.

E nem tudo numa sociedade que pode ter a moldura de legalismo, tem, paralelamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a expressão mais clara de legitimidade. Assim é que, a sociedade brasileira, mesmo após a derrogação do Ato Institucional n.º 5, ela é pressionada por alguns instrumentos legais de exceção, como é o caso específico da Lei de Segurança

Nacional que apenas ainda traz a insegurança e a instabilidade dos cidadãos, como é o caso da Lei da Imprensa, e como é também, Srs. Deputados, o caso da Lei Antigreve; arbitrariamente, o núcleo de poder vigente estabelece quais os setores da sociedade brasileira que poderão e, quais os setores da sociedade brasileira que não poderão entrar em greve; ora! Isto cheira a um anacronismo tão grande, que, nos custa acreditar que esta legislação tenha sido elaborada e posta em prática, exatamente num período dito de abertura e de tempos novos, e, em pleno Século XX, quase final do Século XX; se, toda a sociedade entende que ela tem, na proporção e no equilíbrio das forças sociais emergentes, determinados direitos e determinados instrumentais para fazer valer esses direitos, nós não podemos, Srs. Deputados, entender que, nesta quadra em que a classe do Magistério vem mais uma vez na reivindicação dos seus direitos, que, essa classe hoje seja ameaçada, que ela seja chantageada, e mais do que tudo, que, ela seja pressionada por órgãos extra-paranaenses, como é o caso da Polícia Federal, o caso do Ministério da Educação, o caso do Ministério do Trabalho. Ainda mais que, aqui no Paraná, o Ministério do Trabalho é dirigido por um Delegado da Situação autoritária e discricionária de 1964, e que, portanto, não tem qualquer força moral para falar em relações entre empregado e empregador. Ora! Se, durante vários e vários anos a classe do Magistério veio se organizando e, através da sua organização de base, através da sua organização microrregional ela vem colocando uma pauta de reivindicações que a prática social tem mostrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é o mínimo necessário para ao menos amenizar a grande crise porque passa a Educação do Paraná, fruto, é verdade, da grande crise porque passa a Educação brasileira e que nada mais é também, Srs. Deputados, do que, um setor específico da grande crise nacional porque passa o Brasil, porque passa a nossa sociedade civil atrelada que foi, à vaidade e ao destino de um núcleo de poder elitista, mas que sonhou com um Brasil que não existe, às custas do Brasil que realmente existe; tentando construir a grandeza deste Brasil imaginário deles, em cima do suor, do sacrifício e da discriminação daqueles que realmente trabalham, daqueles que produzem, daqueles que vivem no Brasil real, no Brasil efetivo.

Ora! Srs. Deputados, a classe do Magistério é uma classe específica, uma categoria profissional específica, e se o núcleo do Poder vigente gostaria que todos os trabalhadores brasileiros tivessem um sentido de marginalização do processo social, esse núcleo de Poder entretanto, não pode exigir isto e não teria isto da classe do Magistério que, pela sua missão específica é constituída de trabalhadores que sabem os seus direitos, têm uma visão clara do conjunto da sociedade e, mais do que isto, sabem como exercer os seus direitos.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, permita-me inserir em seu pronunciamento, que Vossa Excelência faz com muita habilidade, que, a preocupação política, de toda a classe política, hoje, do Paraná, está voltada para o Magistério.

Permita-me, nobre Deputado Renato Bernardi, que eu diga aqui, da minha surpresa, da minha decepção, em se tratando inclusive de um Governo de Estado, que recebeu, no início do seu curto mandato de fim de Governo, apoio inclusive de setores da Oposição, recebeu voto de confiança, e, hoje, vem decepcionar profundamente essa mesma Oposição - e já falei da minha decepção, da tribuna - porque realmente está

fazendo nada mais do que, o papel que realmente tem o interventor de Estado, o Interventor que tem um compromisso ligado a Brasília e não, voltado ao povo do Paraná.

Foi assim na greve dos suinocultores em que intervieram com forças federais, ou seja, o exército, foi assim com Itaipu em que se optou ficar do lado de Itaipu em vez do lado dos desapropriados paranaenses e assim em relação aos professores, que, sentindo-se incompetente para o diálogo, quando nós pensávamos que era um Governo que tinha competência, que era um governo que tinha certa inspiração democrática, mas nos enganamos, nos equivocamos, estamos decepcionados, apela para um órgão federal, para seguir nada mais do que é um governo nomeado, o interventor simplesmente dos interesses de Brasília, defender os interesses de Brasília, e não os interesses do povo paranaense e é por isso que a população toda sabe que é preciso mudar, que é preciso eleger governadores que estejam voltados aos interesses do Paraná.

Muito obrigado.—

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e que vem caracterizar uma situação muito clara no Paraná. Enquanto se apela para a legalidade de determinados instrumentos colocados à disposição do sistema discricionário não se quer entretanto, admitir o que é patente, que toda a sociedade civil sabe, que todo o homem com um mínimo de consciência política sabe, o regime atual brasileiro peca pela falta de legitimidade e por maiores leis casuísticas que venham a fazer, eles não conseguirão jamais ter a legitimação do seu mandato em urnas livres, e, por isso, Deputado, eles vão utilizar sempre as armas da pressão, as armas da coação, as armas da prepotência. Esta absurda cédula única, escorrega na banana que aí está, para esconder o grande confronto em que a sociedade civil estará se encontrando agora em 15 de novembro, Situação de um lado, Oposição de outro.

Mas tudo isso não conseguirá, entretanto, encobrir o câncer que corrói as entranhas do regime, que é a falta de legitimidade suficiente para fazer as suas reivindicações.

O regime vigente, com o seu instrumental, embora legalizado num Congresso amordaçado, e ajoelhado, embora, legalizado pelas formas que encontrou na legalização dos seus atos, não tem, entretanto, a legitimidade para tentar jogar contra a parede, uma classe que, no decorrer dos anos vem colocando, com uma clareza cristalina para toda a sociedade paranaense, o cartel das suas reivindicações, reivindicações essas, Sr. Deputado, que não foge em nada a inclusive um painel de legalidade que aí está. Quando fala em semestralidade, é uma conquista da classe trabalhadora que aí já está. Quando fala em vencimentos correlacionados com uma defasagem financeira representada por uma inflação galopante, nada mais faz do que a própria legislação salarial vigente que determina para a base da pirâmide, os índices do INPC mais dez por cento. Ora, mas o ex-Governador General Ney Braga sabia perfeitamente tudo isto que vinha sendo detonado e com detonação gradativa a partir do tempo. Quando no ano passado aceitou um simulacro de semestralidade, prometendo, na oportunidade, por ocasião do movimento Educação e Justiça II, uma antecipação salarial para o mês de agosto, sabendo que ele assinava uma coisa que não seria ele a cumprir. Quanto à decantada sobriedade do Governador atual em exercício, ora, Sr. Deputado Gernote Kirinus, esta não é a questão. A pessoa não entra em análise. O que entra em análise, é uma sistemática que aí está e se o núcleo de poder não tem lá a legitimidade, que não conse-

gue também, nas urnas livres, este Governador que está hoje em exercício, não poderá fugir à regra.

Mas pequem os tecnocratas que estão de plantão, pequem eles pela falta de legitimidade, pequem eles pelo instrumental de exceção que aí está para tentar pressionar a sociedade civil, mas não podem eles exigir que o Magistério seja obrigado, em nome de uma legalidade discutível e contestável, que esse magistério passe a não mais reivindicar, passe a não mais exigir os seus direitos. Sabia a estrutura vigente do Poder Estadual em 1981, sabia ela, que a crise do magistério não estava se resolvendo com as medidas tomadas em 1981. Sabiam. Entretanto, de uma forma até irresponsável, a solução do problema foi jogado para agosto de 1982. Passou agosto e aí está a classe do magistério a exigir uma solução. E a resposta dos autocratas qual tem sido ela, a buscar no Ministério do Trabalho a declaração de ilegalidade de uma greve que não precisava ser declarada ilegal, porque todo mundo sabe que há ainda um conjunto de leis, mas conjunto este abomidado pela sociedade, que embora de legalização num aspecto, ela peca pela falta de legitimidade.

Quem não sabe que a Lei de Imprensa é legal? Mas, quem não sabe que ela é ilegítima? Quem não sabe que a Lei de Segurança é legal? Mas, quem também não sabe que ela não tem qualquer legitimidade, que é ainda um instrumento da autocracia vigente para tentar esmagar, pressionar e coagir a sociedade civil?

E a Lei antigreve aí está. Nós sabemos que no setor de magistério ela existe. Mas a classe do magistério não pode recuar, porque entre a legitimidade de um lado, entre a ética de um lado, entre a moral de um lado e uma contestada e hipotética legalidade do outro, cabe ao cidadão consciente, cabe ao cidadão livre estar ao lado da ética, estar ao lado da legitimidade, abominar e lutar pela mudança de uma legalidade que por ser contestável, ela deve ser fruto da reivindicação da classe trabalhadora que exige a sua mudança e terá a sua mudança. Porque o instrumento legal, quando "in loco", quando contrário aos interesses nacionais, ele descerá derrubado pela própria pressão nacional. E a classe do magistério está hoje, dando um exemplo, e não serão as pressões do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal ou de qualquer outro órgão, que irão tirar dos professores, trabalhadores conscientes, o seu objetivo de luta, o seu elã de combater e, mais do que isso, a justiça das teses que defende.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina). A Mesa consulta à Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 04/82, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e

respectivamente os Municípios de Arapongas e Ibiporã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/82.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 06 e 11 de novembro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Arapongas e Ibiporã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 05/82, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Lupionópolis e São Jerônimo da Serra, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/82.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 05 de novembro de 1981, aos convênios celebrados em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, e os Municípios de Lupionópolis e São Jerônimo da Serra, objetivando a execução de obra de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 07/82, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados, pelo Centro de Processamento da Unidade de Planejamento Sul, da referida Fundação.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 14 de agosto de 1981 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados, pelo Centro de Processamento da Unidade de Planejamento Sul, da referida Fundação.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 44/82, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1981.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Artigo único. São aprovadas as contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1981.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/80, de autoria do DEPUTADO FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — APAE", com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Anexo Projeto de Lei n.º 108/81), do Deputado GABRIEL MANOEL, sobre o mesmo assunto.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 138/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio da Platina — APAE", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1980.

(aa) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da filantropia e da assistência social principalmente no auxílio da criança excepcional junto à Comunidade de Santo Antônio da Platina.

Com isso, temos certeza que o presente projeto de lei merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 138/80**

PARECER

Da lavra dos ilustres Deputados: FLORIVALDO PALÁCIOS e GABRIEL MANOEL, visa o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE", de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, com sede no Município de Santo Antônio da Platina.

Baixado o processo em diligência junto a seus ilustres Autores, retorna agora imune de vícios ou omissões, estando apto a tramitar normalmente pelos demais órgãos deste Poder.

Em tais circunstâncias, nossa opinião é favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/81, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "LIGA RONDONENSE DE ESPORTES", com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 152/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA RONDONENSE DE ESPORTES" de Marechal Cândido Rondon — sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A LIGA RONDONENSE DE ESPORTES é uma entidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, tem por finalidade de representar e dirigir o futebol de campo e o futebol de salão a nível amador em todo o Município de Marechal Cândido Rondon, como importantes ramos da cultura física, coordenando, promovendo e incentivando a sua difusão e aperfeiçoamento.

É justo que o Poder Público outorgue-lhe o reconhecimento de utilidade pública, habilitando-os aos benefícios legais decorrentes. Esperamos contar com o apoio dos nossos Pares ao presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 152/81

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado WERNER WANDERER, declarar de utilidade pública a "LIGA RONDONENSE DE ESPORTES", com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Compulsando o processado, verifica-se que são preenchidas as formalidades legais, inexistindo óbices de ordem constitucional ou regimental à normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/82, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR MONTEIRO LOBATO", com sede em Formosa do Oeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 23/82)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/82

Com o presente projeto de lei, o eminente Deputado WERNER WANDERER, pretende ver declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR MONTEIRO LOBATO, com sede em Formosa do Oeste.

Baixado em diligência o processo, por requerimento deste Relator, retorna aquele agora isento de falhas ou omissões, estando em condições de prosseguir sua tramitação normal pe-

los demais órgãos da Casa.

Nestas circunstâncias, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/82, de autoria do Deputado TÚLIO LUIZ ZANCHET, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", com sede e foro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

(Publicado no D.A. n.º 28/82)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 43/82

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA "HAROLDO BELTRÃO" - APMI, com sede na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MARREAS DO BEM-ESTAR AO MENOR - AMARBEM", com sede e foro em Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 35/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 53/82

De autoria do eminente Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MARREAS DO BEM-ESTAR AO MENOR - AMARBEM" com sede em Francisco Beltrão.

Baixado em diligência junto a seu ilustre autor, retorna agora o processo isento de falhas e omissões, preenchendo de forma satisfatória os requisitos legais e regimentais.

Nestas circunstâncias, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja marcada a data para entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná, para o dia 26 de outubro do corrente ano ao Deputado Hermes Farias de Macedo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).
Seis Srs. Deputados aprovam; três Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 14, 18, 51, 58, 64 e 66/82.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 138/80, 152/81, 39, 43 e 53/82.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 56, 57 e 58/82.
Levanta-se a Sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 225/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 5883/82)

PORTARIA N.º 226/82

designar JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula n.º 039, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Trajano Bastos. (Protoc. 4894/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1982.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

PORTARIA N.º 228/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias conforme especifica:

| | | |
|---------------------------------------|---------|--------------|
| AYNED MARIA REINERT TIZZOT - Mat. 236 | 4 meses | 1980 e 1981 |
| ACIR VILLATORE - Mat. 364 | 2 meses | 1981 |
| ELEOVAN CEZAR RIBEIRO - Mat. 373 | 4 meses | 1980 e 1981. |

(Protocs. 2927, 4210 e 5950/82)

PORTARIA N.º 229/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ELENÍ SILVEIRA, matrícula n.º 326, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981,

que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mencionada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 14 de agosto de 1975, e 14 de fevereiro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1970, 1971, 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro. (Protoc. 2928/82)

PORTARIA N.º 230/82

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de RONALDO LOPES LINHARES, matrícula n.º 086, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 17 de outubro e 17 de agosto de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. 5716/82)

PORTARIA N.º 231/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário NORBERTO HUSCH, matrícula n.º 520, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6002/82)

PORTARIA N.º 232/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário ODAHIR COSMOS, matrícula n.º 575, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6004/82)

PORTARIA N.º 233/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário JOEL DA SILVA NATAL, matrícula n.º 391, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6003/82)

PORTARIA N.º 234/82

designar COLMAR CHINASSO FILHO, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, de acordo com a Resolução n.º 71/80, a partir de 16 de agosto de 1982.

(Protoc. 5904/82)

PORTARIA N.º 235/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, matrícula n.º 368, ocupante do cargo de Médico "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6130/82)

PORTARIA N.º 236/82

conceder ao funcionário MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula n.º 399, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Grupo de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de agosto de 1982.

(Protoc. 6243/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de agosto de 1982.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral